



**"O mundo tá chato": algumas notas  
sobre a dimensão sociocognitiva  
do politicamente correto na linguagem**

*Edwiges Morato*

*Anna Christina Bentes*

#### resumo

Tendo por escopo questões que se colocam na interação entre linguagem, cognição e sociedade, este ensaio tem o objetivo de refletir sobre os sentidos sociocognitivos do politicamente correto, considerando determinadas práticas discursivas no contexto brasileiro contemporâneo. A tese que defendemos neste ensaio é a de que o politicamente correto, como regulador de práticas discursivas e sociais, pode ser tomado num sentido fraco – como um recurso pragmático fundamentalmente associado à tentativa de promover um grau alto de reflexividade dos atores sociais em relação à produção de determinadas categorizações e/ou enunciados – ou num sentido forte – tanto como um sistema normativo, capaz de assinalar regimes simbólicos desejáveis da vida em sociedade, quanto um norteador de situações a serem superadas, como a desigualdade social, a injustiça, o preconceito, a discriminação, a violência.

**Palavras-chave:** politicamente correto; práticas de linguagem; reflexividade social; sociocognição.

#### abstract

*Drawing from issues of the interaction between language, cognition and society, this essay aims to reflect on the socio-cognitive dimensions of political correctness by taking into account some discursive practices in contemporary Brazilian context. We argue that political correctness, as a regulatory body of discursive and social practices, can be taken in a weak sense as a pragmatic resource fundamentally associated to the attempt to promote a high degree of reflexivity of social actors in relation to the production of certain categorizations and/or statements, or in a strong sense - both as a normative system, capable of pointing to desirable symbolic ways of living in society, and as a guide to situations to be overcome, such as social inequality, injustice, prejudice, discrimination, and violence.*

**Keywords:** political correctness; language practices; social reflexivity; socio-cognition.

**F**m outubro de 2017, o deputado federal Jair Bolsonaro foi condenado judicialmente por declarações proferidas contra quilombolas em abril do mesmo ano, em palestra realizada no Clube Hebraica, no Rio de Janeiro<sup>1</sup>.

Segundo relatos da imprensa, entre os enunciados proferidos pelo deputado, que foi condenado a pagar R\$ 50 mil por danos morais à comunidade ofendida, estava o que afirmava que os quilombolas “não servem nem para procriar”. Na ocasião, o deputado ainda teria afirmado, ao comentar que havia feito uma visita a uma comunidade quilombola, que “o afrodescendente mais leve lá pesava sete arrobas”. A arroba, como sabemos, é uma antiga medida de massa e volume utilizada para pesar produtos comerciais como animais vivos, porcos e bois, por exemplo. Ainda segundo relatos da imprensa, ao comentar

sua condenação por danos morais, Bolsonaro alegou, em relação à ação que sofrera, que se tratava de “demanda com flagrante cunho político”, lembrando ainda que gozava de “imunidade parlamentar, sendo inviolável, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos, conforme dispõe o artigo 53 da CRFB”. A juíza do caso, Frana Elizabeth Mendes, afirmou em sua sentença:

“Impende ressaltar que, como parlamentar, membro do Poder Legislativo, e sendo uma

---

O título deste ensaio é também o título de um vídeo dos humoristas do programa *Porta dos Fundos* (coletivo de humor brasileiro criado em agosto de 2012), vídeo este que busca tematizar os limites do humor a partir da exibição de uma série de comportamentos verbais e sociais, performatizados pelo protagonista, considerados homofóbicos, machistas, racistas e infratores pelos outros participantes do esquete. Tal como mostra o vídeo, o enunciado faz parte da *performance* verbal de sujeitos comuns no contexto do questionamento de suas atitudes, consideradas politicamente incorretas. Uma menção ao significado social desse vídeo será feita na parte final deste ensaio.

---

1 Disponível em: <http://www.gazetaonline.com.br/noticias/politica/2017/10/justica-condena-bolsonaro-por-fala-sobre-quilombolas-1014102246.html>.

---

**EDWIGES MORATO e ANNA CHRISTINA BENTES** são professoras do Departamento de Linguística do Instituto de Estudos da Linguagem (IEL) da Unicamp.

pessoa de altíssimo conhecimento público em âmbito nacional, o réu tem o dever de assumir uma postura mais respeitosa com relação aos cidadãos e grupos que representa, ou seja, a todos, haja vista que suas atitudes influenciam pessoas, podendo incitar reações exageradas e prejudiciais à coletividade”.

Tanto a interpretação quanto a sanção social aplicadas aos enunciados proferidos pelo deputado são licenciadas por vários processos que interatuam na construção da relação entre categorias linguísticas e sociais por ele aventadas de forma explícita e implícita. Tais processos envolvem: 1) o sistema linguístico e o seu modo de funcionamento; 2) o conhecimento social sobre a figura do deputado Jair Bolsonaro e sobre a comunidade ofendida; 3) o reconhecimento de todo um conjunto de conhecimentos compartilhados e coletivizados em torno do racismo brasileiro e de suas formas de manifestação e contenção, mesmo que esses conhecimentos sejam distribuídos de forma desigual e estejam, atualmente, no centro das disputas político-ideológicas; 4) o contexto situacional de produção dos enunciados do deputado e a reação pública a eles. Todos esses processos dão-se em um espaço simbólico marcado pelo papel mediador da linguagem, sendo que essa mediação, nas práticas discursivas<sup>2</sup>,

---

2 Em consonância com uma perspectiva de base sociocognitiva, assumiremos ao longo deste ensaio a concepção de discurso resumida na formulação de Garay, Íñiguez e Martínez (2005, pp. 110-11): “[...] um conjunto de práticas linguísticas que mantém e promove certas relações sociais”. O interesse desse grupo de pesquisadores é o de investigar como os próprios atores sociais elaboram suas interações sociais e verbais a partir de perspectivas variáveis e diversas do mundo social, considerando que a “orientação do discurso para funções específicas é uma indicação de seu caráter construtivo” (Garay, Íñiguez & Martínez,

se deixa ver em várias ordens de relação: entre indivíduo e sociedade, entre categorias da língua e categorias do pensamento, entre práticas discursivas e práticas sociais.

A necessidade de existência de um protocolo linguístico e comportamental em relação ao que se considera como sendo politicamente correto não apenas nas ações de Estado, mas especialmente em distintos contextos, interações e práticas discursivas e sociais cotidianas, assinala o caráter sociopolítico do fenômeno aqui destacado. Um dos traços desse caráter é sua função atenuadora e conciliatória, algo providencial às democracias modernas, especialmente as que se caracterizam por desigualdades e tensões sociais constantes e profundas. Outro traço é sua iniciativa republicana, emancipatória, empoderadora, inclusiva. Nesse caso, a existência do politicamente correto é capaz de desvelar e/ou combater certos pressupostos espalhados na sociedade e também aquelas situações e práticas que, naturalizadas, permaneceriam silenciadas ou tomadas como consensuais. Trata-se, como vemos, de uma expressão polissêmica.

No entanto, o politicamente correto, mais do que uma expressão é, como veremos mais adiante, uma estratégia política fundamental das sociedades pós-modernas. Ele não é apenas um conjunto de eufemismos e/ou regras de etiqueta pouco espontâneas que induzem à boa e tolerante convivência nas práticas sociais, de modo a irritar constantemente

---

2005, p. 111). O grupo também dialoga com autores que consideram centralmente três premissas: a do interesse sobre como as pessoas constroem a realidade social; a da consideração da linguagem não como uma descrição da realidade, mas como uma construção dessa realidade; e a da compreensão da linguagem como uma prática social (Garay, Íñiguez & Martínez, 2005, p. 112).

com seus paroxismos, vigilâncias ideológicas e excrescências linguísticas, tanto os intelectuais e militantes progressistas quanto os conservadores.

O politicamente correto tem se mostrado certamente um sistema de pressão a partir do qual pressupostos ideológicos e evidências empíricas de violência contra determinados grupos sociais são desvelados de forma particular; dizer dele que é um sistema de opressão sobre a liberdade de expressão e de (inter)ação é negligenciar os motivos pelos quais ele se fez e se faz necessário.

Tendo por escopo questões que se colocam na interação entre linguagem e sociedade, este ensaio tem o objetivo de refletir sobre os sentidos sociocognitivos do politicamente correto, considerando determinadas práticas discursivas no contexto brasileiro contemporâneo. Mais especificamente, a tese que defendemos neste ensaio é a de que o politicamente correto, como regulador de práticas discursivas e sociais, pode ser tomado num sentido fraco, isto é, como um recurso pragmático fundamentalmente associado à tentativa de promover um grau alto de reflexividade<sup>3</sup> dos atores sociais em

---

3 Koike e Bentes (no prelo), ao analisarem as *tweetstorms* de Donald Trump, consideram fundamental discutir a exibição de práticas reflexivas, concebidas como um traço social da pós-modernidade (Adams, 2006). Para este último autor, a reflexividade origina-se de uma diversidade de mudanças sociais, dentre elas, a expansão de estruturas e tecnologias de comunicação, a nossa exposição aos outros e a relativização de nossas práticas socioculturais mais estabilizadas. Para autores clássicos como Giddens (1992) e Beck (1992), a reflexividade é um requisito necessário à estruturação de identidades e subjetividades sociais. Para Bourdieu e Wacquant (1992), a reflexividade faz parte do *habitus*, sendo um constituinte fundamental, necessariamente requerido para a participação em determinados campos, como o científico e o acadêmico. Ainda para estes últimos autores, a reflexividade se mostraria mais fortemente em tempos de crise.

relação à produção de determinadas categorizações e/ou enunciados, ou num sentido forte, isto é, tanto como um sistema normativo, capaz de assinalar regimes simbólicos desejáveis da vida em sociedade, quanto um norteador de situações a serem superadas, como a desigualdade social, a injustiça, o preconceito, a discriminação, a violência. Tanto um sentido quanto outro indicam uma dimensão não apenas linguística do politicamente correto, mas também sociocognitiva. Queremos dizer com isso que o politicamente correto na linguagem (e a discussão sobre ele) está vinculado à construção sociointeracional de objetos simbólicos, largamente mediada pelas práticas discursivas.

## ALGUNS ASPECTOS DA TRAJETÓRIA DO POLITICAMENTE CORRETO

Uma das hipóteses ou narrativas sobre a origem do “politicamente correto” (Beard & Cerf, 1992; Handke, 2001; Mangeot, 1997; Friedman & Narveson, 1995; dentre outros) é a de que a expressão teria sido aventada com o objetivo de descrever a linha partidária pós-Revolução de Outubro de 1917. Como política de Estado, teria sido importante para os revolucionários russos a construção de um novo tempo social e cultural, moldado por uma linguagem à altura desse desafio. No entanto, a expressão teria sido utilizada bem antes do século XX, o que pode significar que a sensibilidade política (concebida aqui como um tipo de reflexividade) em relação à linguagem, ao seu contexto de produção (como, por exemplo, as esferas públicas parlamentar, jurídica, médica, religiosa, universitária, midiática, etc.) e seus impactos sobre a categorização social de

indivíduos e comunidades inteiras, é antiga. Já aí se nota o desafio de identificar o escopo de *correção*: mais do que a enunciação em si de uma palavra, expressão ou enunciado, o que importa de fato é a ação sociopolítica a ela associada, evocada ou formulada: assim, importa não apenas o que é dito, mas quem diz o quê, para quem e como e com qual propósito.

Stuart Hall, em seu texto *Some Politically Incorrect Pathways to PC*, de 1994, afirma que, de acordo com uma determinada narrativa, a expressão teria tido origem em uma brincadeira interna de estudantes universitários de esquerda nos diferentes *campi* universitários americanos. Ao criticarem comportamentos machistas ou sexistas de seus colegas, diriam em um tom que imitava os guardas vermelhos da Revolução Cultural: “Não é politicamente correto, camarada!”.

Ainda a esse respeito, Stuart Hall conta uma história interessante: em meados dos anos 1980, ele estava dando uma conferência em uma universidade americana quando foi avisado de que deveria ficar atento ao que dissesse porque, nos novos tempos das eleições pós-Reagan, a direita tinha estabelecido comitês para monitorar os palestrantes e tomar notas sobre tudo o que eles dissessem que pudesse ser interpretado como solapamento da Constituição americana ou da fibra moral da melhor e mais iluminada nação. Para o autor, isso constituía o uso do politicamente correto por parte da direita americana – e não mais da esquerda autoritária – como uma reação dos anos 1980 contra os anos 1960. “Era a direita e a Maioria Moral que estavam tentando prescrever o que poderia ser pensado e dito nas salas de aula da academia” (Hall, 1994, p. 165). Enquanto isso, como tática,

ainda segundo o autor, o politicamente correto parecia empoderar minorias militantes apenas no interior da esfera escolar (básica e/ou superior).

Como é possível perceber, o politicamente correto foi sempre disputado e assim continua nos dias de hoje. Para Hall (1994), o politicamente correto é uma das questões que atravessam a divisão esquerda/direita e que seguem separando certos setores da esquerda de outros. O autor defende a tese de que, na esteira das rápidas modificações políticas dos anos 1980 e 1990, o fator mobilizador para a crítica à sociedade capitalista por parte dos sujeitos passou a ser não o interesse material ou a desvantagem coletiva, mas sim a identidade (étnica e/ou de gênero, por exemplo) compartilhada. Essa é uma das fragmentações do cenário político e social apontadas por Hall que se reflete nas práticas do politicamente correto, especialmente em função do fato de o pessoal ter “invadido” a esfera política – “O pessoal é político”, *slogan* feminista da época e de hoje.

Um outro fator levantado pelo autor para a emergência do politicamente correto é o reconhecimento, a partir dos anos 1980, do papel mediador da linguagem na percepção de nós mesmos e do mundo social: “O politicamente correto surge no interior de uma cultura intelectual que passou pela chamada ‘virada linguística’” (Hall, 1994, p. 168). Nesse sentido, o politicamente correto é caracterizado pelo autor como uma estratégia política e um estilo político, sendo que este último seria reconhecido como uma “voz” em modo permanente de confrontação e de exibição de uma autorretidão. Ao dar continuidade à sua argumentação, Hall (1994) afirma que o politicamente correto traz em si um paradoxo: ele permitiria a emergên-

cia de lutas novas com armas antigas. As novas lutas sociais dizem respeito às lutas contra a invisibilidade de questões sociais tais como racismo, homofobia e machismo, trazendo à baila novas visões sobre gênero, sexualidade, etnicidade, etc. As armas antigas seriam justamente a atitude de policiamento da linguagem e a tentativa de substituição de um conjunto de verdades e identidades por outro conjunto de identidades e/ou verdades mais corretas. Para o autor, a proposta deveria ser a de desarranjar permanentemente todas as configurações de poder e, ao mesmo tempo, aceitar e negociar a diferença.

Anne-Charlotte Husson (2014), por seu turno, salienta que a ideia inicial das chamadas práticas linguísticas politicamente corretas era restaurar o poder a determinados grupos sociais; era “mudar a sociedade”. Afinal, como reconhecem muitos autores dentro e fora da linguística, linguagem é poder ou, em outras palavras, “o exercício do poder também passa pelo exercício das práticas de linguagem”, em consonância com os tipos de relações de força que são possíveis de ser estabelecidos.

A consideração de uma estreita relação entre língua, linguagem e modos de perceber e constituir a realidade social tem sido explorada pela linguística sobretudo a partir de meados do século XX, na esteira da chamada hipótese de Sapir e Whorf, segundo a qual, nas categorias da língua inscrevem-se categorias do pensamento<sup>4</sup>.

---

4 Em breves linhas, a chamada “hipótese Sapir-Whorf” (HSW), formulada por Harry Hoijer em 1954, é atribuída a Edward Sapir e a Benjamin Lee Whorf. No contexto do relativismo linguístico, a HSW, creditada a reflexões de ambos os autores no começo do século XX, postula que a estrutura da língua afeta ou condiciona nossa conceitualização do mundo e a forma pela qual pensamos.

Essa percepção do poder da linguagem na construção da/e na intervenção sobre a realidade social é aprofundada no campo linguístico sobretudo a partir dos trabalhos do filósofo inglês John Langshaw Austin (1962) acerca dos atos de fala. De acordo com essa abordagem de natureza pragmática, falar não é apenas descrever ações e estados de coisas do mundo, mas sim agir sobre ele. Ao falar, realizamos atos com consequências sociopolíticas, sociocomunicativas e sociocognitivas. Trata-se, pois, de saber como a linguagem é capaz de, a um só tempo, informar e ser informada pela realidade de falantes reais em situações reais de uso e de interação social.

A nosso ver, ao ser empregado no contexto dos novos movimentos sociais norte-americanos e ingleses emergentes nas décadas de 1980 e 1990, o politicamente correto estaria mais dirigido à implementação de uma constante reflexividade (nos termos postulados anteriormente) por parte dos atores sociais em relação à significação e ao uso de determinadas expressões linguísticas, ou mesmo à avaliação do seu uso, do que propriamente às orientações de conduta social. A correção a que se alude nesse emprego parece querer indicar a necessidade de observação de princípios cooperativos essenciais às normas culturais e sociopolíticas de convivência desejáveis ou recomendadas no âmbito das democracias modernas.

Ainda que a preocupação com práticas tidas como politicamente corretas não seja uma novidade, o que aconteceu nas duas últimas décadas do século XX e na primeira década do século XXI parece ter incrementado o sentido social de que o politicamente correto pressupõe forte controle/

avaliação<sup>5</sup> sobre a linguagem a ser performatizado pelos militantes dos novos movimentos sociais no interior dos quais emergiu. Como resultado, tanto a ideia de controle/avaliação como a sua rejeição têm marcado a recepção social do politicamente correto, transformando-o em um espaço de lutas e/ou disputas em torno dessa estratégia política, tal como a categorizou Hall (1994).

Passadas décadas da nossa experiência com os vários sentidos da expressão “politicamente correto”, vale a pena refletir sobre sua vitalidade conceitual e política e passar uma vista d’olhos sobre como ela ainda pode ser tomada nos dois sentidos acima mencionados. Ao final desse empreendimento reflexivo, talvez possamos desenhar um cenário no qual o politicamente correto, longe de embaraçar as interações nos planos micro e macrossocial, pode mesmo expandi-las e, de certo modo, explicá-las.

## **VISÕES SOBRE O POLITICAMENTE CORRETO NO CONTEXTO BRASILEIRO**

Como sabemos, as palavras podem discriminar, ofender e humilhar, de maneira mais ou menos consciente e voluntária. Se é certo que a reificação ou o uso trivial do politicamente correto tem incorrido de

algum modo em seu esvaziamento semântico e social, resta forte a impressão de que, como pondera a linguista Maria Helena Moura Neves (2014, p. 140), ele – o politicamente correto – nem sempre tem tido êxito em tentar governar “equilibradamente” as avaliações do uso linguístico.

Outra reflexão importante é desenvolvida pelo linguista Kanavillil Rajagoplan em artigo de 2000, no qual lança uma pergunta que ainda está a exigir uma resposta: qual o “porquê de tanto ódio” (escárnio, aversão, menosprezo, ridicularização, mofa), pergunta o autor, em relação ao politicamente correto? Uma resposta a essa questão poderia vir de ponderações como a de Luiz Eduardo Soares (1998), que vincula a rejeição ao politicamente correto às atitudes misógina, racista e homofóbica da sociedade brasileira.

Para gáudio de poucos que pretendem dominar muitos (sob a forma de deploração de seus estilos, de sua variedade linguística, de seu perfil sociolinguístico, de suas características étnicas, sexuais, culturais ou ideológicas) ou arbitrar como os demais devem se sentir ao serem categorizados de forma social e subjetivamente inaceitável, o politicamente correto, que tem lá seus problemas, como de resto toda e qualquer regulação socialmente construída, tende a chamar a atenção para uma dimensão de empatia e coesividade intersubjetiva a ser integrada ao nosso capital cooperativo em tempos local e globalmente conturbados.

Por outro lado, talvez preocupado com o cerceamento de liberdades individuais e outras questões tão caras a um país marcado pelas agruras históricas do preconceito e da discriminação social, bem como por intolerâncias político-ideológicas, o pensamento mais progressista não tem deixado de

---

5 As práticas de linguagem baseadas no politicamente correto podem ser compreendidas no contexto em que concepções culturais não apenas sobre a língua e a variação que lhe é inerente, mas também sobre a natureza e o propósito da comunicação e sobre comportamentos coletivos como representação de uma ordem coletiva, são estudadas, especialmente por linguistas antropólogos, como práticas que constituem o fenômeno da ideologia linguística. A respeito dos estudos sobre essa ligação entre linguagem e ideologia, ver Schieffelin, Kroskrity & Woolard (1992), Cameron (1995; 2006), Van Dijk (2008).

apontar uma diligente crítica (na esteira do arrazoado feito por Stuart Hall na década de 1990, apresentado na seção anterior) à censura e ao patrulhamento ideológico, que tanto pode recair sobre o sistema linguístico (o *dictus*) quanto sobre seu funcionamento em uso efetivo nas práticas sociais cotidianas (o *modus*).

Contudo, ao levarmos em conta as inflexões gerais observadas no campo linguístico a respeito do politicamente correto na linguagem, procurando proceder a um exame do que está nele envolvido ou requerido, somos levados a considerar que também no campo mais progressista a reflexão não deixa de resvalar num relativismo teórico que pouco ajuda a entender de forma dialética as relações entre o individual e o social, entre liberdade de expressão e compromisso social, entre legitimação e deslegitimação de enquadramentos ou categorizações de classe de indivíduos, grupos sociais e práticas discursivas. Sem o advento da “praga” do politicamente correto, tais enquadramentos não seriam desvelados, (re)conhecidos e modificados.

Vejamos, a propósito, algumas posições a respeito do politicamente correto no campo dos estudos da linguagem.

Uma primeira posição, representada pelos trabalhos de Possenti (1995) e Possenti e Baronas (2006), por exemplo, destaca os limites do “etimologismo” e da ilusão denotativa. Aponta-se, nesse tipo de crítica ao politicamente correto, certos equívocos teóricos sobre o funcionamento da língua:

“O movimento por um comportamento politicamente correto tem méritos políticos óbvios. Mas, em relação à linguagem, comete alguns equívocos relativamente banais. Por

exemplo: a) considera que a troca de palavras marcadas por palavras não marcadas ideologicamente pode produzir a diminuição dos preconceitos. Trata-se de uma tese simplista, já que é mais provavelmente a existência dos preconceitos que produz aqueles efeitos de sentido, embora não se possa desprezar o fato de que o discurso pode servir para realimentar as condições sociais que dão suporte às ideologias e aos próprios discursos. A hipótese das palavras ‘puras’ é certamente ingênua; b) em certos casos, adota um ‘etimologismo’ insuportável, como quando considera que palavras como *history* se relacionam ao ponto de vista masculino, com base na identificação da primeira sílaba dessa palavra com a forma pronominal ‘bis’ [...]; c) frequentemente, quando não há uma palavra sinônima que determinado movimento possa considerar politicamente correta (como é o caso de ‘homossexual’ ou ‘homófilo’, ao invés de ‘bicha’, por exemplo), para evitar mesmo assim o uso de palavras marcadas, sugerem-se eufemismos de certa forma cômicos, ou verdadeiras definições [...]” (Possenti, 1995, pp. 138-9).

Reação crítica próxima a essa suscitou o documento publicado em 2004 pela Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República do Brasil, intitulado *Politicamente Correto e Direitos Humanos*.

Na *Cartilha do Politicamente Correto*, como ficou conhecido esse documento, busca-se chamar a atenção dos leitores para uma série de expressões que, de uso cotidiano e corriqueiro nem sempre consciente, veiculam preconceitos, estigmas e estereótipos. No documento são assinaladas 96 expressões linguísticas consideradas politicamente incorretas, tais como “denegrir” e “judiar”. Veja-

mos, a título de exemplo, um dos comentários extraídos do documento: “[...] a coisa ficou preta – a frase é utilizada para expressar o aumento das dificuldades de determinada situação, traindo forte conotação racista contra os negros” (Queiroz, 2004, p. 7). Apesar de pretender contribuir para a construção de uma cultura de direitos humanos no país, o documento da Secretaria de Direitos Humanos, hoje extinta, foi fortemente criticado tanto por escritores, professores universitários e jornalistas, quanto por setores do próprio governo, o que levou à suspensão imediata de sua distribuição.

O que teria faltado à sensibilidade linguística da referida cartilha e mesmo de um governo que soube criar, no período de 2003 a 2014, vários setores institucionais com vistas à proteção de direitos sociais? Ao que parece, uma visão mais sociolinguística de linguagem. Faltou a compreensão de que língua não é só signo; é também e, sobretudo, ação, prática, cognição social.

Uma segunda posição observada no campo dos estudos da linguagem, bastante próxima à primeira, é a que requer para o politicamente correto uma região de equilíbrio entre o sociopolítico e o uso linguístico. O arrazoado da linguista Maria Helena Moura Neves expressaria esta posição:

“O ‘politicamente correto’ é, atualmente, bandeira que se levanta para interpretar atos do dia a dia, numa onda de patrulhamento que tem presença notável na sociedade, com dupla influência e significação: bem-intencionada que é, cria a impossibilidade de qualquer refutação, parecendo intolerável que seja condenada, ou que seja sequer questionada; por outro lado, mal inserida nas mais diversas atividades, como indiscriminadamente vem

sendo, é tão intolerável quanto as próprias incorreções políticas (Neves, 2012, p. 203).

Algumas decisões politicamente corretas, como sugerem vários autores brasileiros que se dedicaram ao tema (Possenti, 1995; Possenti & Baronas, 2006; Ribeiro, 2000; Fiorin, 2008; Neves, 2014, dentre outros), malogram na compreensão pouco sutil e/ou de complexidade desse fenômeno que relaciona estreitamente língua e sociedade. Tome-mos o exemplo do uso do termo “surdo”, por exemplo. O termo nem sempre foi tido como insultante ou pejorativo pela comunidade de pessoas surdas, mesmo porque ele foi sendo historicamente esvaziado de conteúdo negativo e tomado como fator identitário (como é possível perceber pela postulação de uma “cultura surda”, por exemplo). Já a expressão “deficiência auditiva”, alternativa por vezes tomada como politicamente correta, nem sempre é bem-aceita por surdos e ouvintes, uma vez que, menos precisa, faz referência a pessoas com redução de audição por distintos motivos, como a idade ou alguma condição física de ordem funcional, por exemplo.

Numa perspectiva mais pragmática da relação entre linguagem e mundo social, Rajagopalan (2000) não hesita em caminhar em direção a uma clara defesa do politicamente correto nas práticas discursivas cotidianas. Indo ao ponto da celeuma, o autor se pauta menos por querelas linguísticas procurando, antes, proceder a um diagnóstico sociocultural mais preciso a respeito do que está em questão. Rajagopalan concentra-se não no que a linguagem (“em si”) contém, mas em seu uso social e sua capacidade de construir e destruir formas de perspectivar o outro e (inter)agir com ele. Nesse texto,

Rajagopalan instaura essa discussão já no título: “Sobre o Porquê de Tanto Ódio Contra a Linguagem ‘Politicamente Correta’”. Sua posição é algo diferente da de Possenti (1995), autor ao qual se reporta para admitir críticas aos exageros e erros cometidos em nome do politicamente correto, como a afirmação segundo a qual a língua em si carrega sentidos com preconceito, estigma, estereótipo, etc.

Uma pergunta a ser lançada neste ponto da reflexão aqui desenvolvida é: nossos pensamentos são modificados mesmo que a linguagem não se modifique? A resposta para essa questão é possivelmente negativa, ou seja, não mudamos inteiramente nossa compreensão do mundo se não mudamos, pelo menos, e de algum modo, a forma de nos referirmos a ele.

Para Rajagopalan, há situações em que a linguagem tem, sim, impacto sobre as coisas e os acontecimentos aos quais ela se refere. Ele põe em discussão, assim, alguns aspectos da reflexão empreendida por alguns linguistas sobre o politicamente correto com base no uso da noção saussuriana de arbitrariedade do signo. Rajagopalan (2000, p. 99) considera que os objetos simbólicos estão presentes “em nossa consciência junto com a imagem que cada um deles adquiriu ao longo dos tempos”. O autor considera que o objeto percebido não está preso num mundo extralinguístico impossível de ser recuperado pelas categorias linguísticas. Para ele, os sentidos estão estreitamente ligados ao seu “modo de apresentação”. Assim, ao substituímos termos pelos quais identificamos ou construímos um determinado referente, podemos modificar também seu sentido social e a forma como são conceitualizados. Nesse

sentido, considerando o terreno das práticas discursivas politicamente corretas, é possível pensar que não deixamos de combater preconceitos e discriminações ao monitorar, via regulação social, os efeitos de sentido da nossa própria linguagem e/ou da linguagem alheia.

Rajagopalan, como outros autores do campo de estudos linguísticos, também reconhece os limites do politicamente correto na linguagem enquanto correção consciente da ordem social, dado que “a linguagem politicamente correta não é nenhum remédio milagroso contra os preconceitos que estão fortemente arraigados em nossa sociedade” (Rajagopalan, 2000, p. 101). Certamente, o preconceito, a discriminação e toda sorte de violência simbólica arraigados socioculturalmente não dependem diretamente da linguagem para existir, e não deixarão de existir sob a forma de uma contenção linguística:

“[...] o combate aos nossos preconceitos pode ter na nossa própria linguagem um bom começo. O que não quer dizer que os preconceitos simplesmente sumam como em um passe de mágica, assim que eliminamos da nossa linguagem certas práticas que denunciam a existência de tais preconceitos. [...] Entretanto, uma das maneiras mais eficazes de combater os preconceitos sociais que, ao que tudo indica, sempre existirão, é monitorando a linguagem por meio da qual tais preconceitos são produzidos e mantidos e obrigando os usuários, em nome da linguagem politicamente correta, a exercer controle sobre sua própria fala e, ao controlar sua própria fala, constantemente se conscientizar da existência de tais preconceitos. Intervir na linguagem significa intervir no mundo” (Rajagopalan, 2000, p. 102).

A julgar pelo debate que a expressão suscita muito especialmente no atual contexto sociopolítico brasileiro, julgamos que a reflexão sobre o politicamente correto é pertinente e nos ajuda a compreender temas de grande relevância contemporânea, como a cognição social, a moralidade, a questão da avaliação dos usos linguísticos. Esta seria, a nosso ver, uma terceira posição do campo dos estudos da linguagem a respeito do politicamente correto, ou seja, aquela que procura conciliar a linguagem com processos afeitos a ela, como a ação política, a reflexividade, a cognição social.

## **ALGUNS PRINCÍPIOS PARA A COMPREENSÃO DO POLITICAMENTE CORRETO NA LINGUAGEM**

Longe de defender o politicamente correto enquanto uma espécie de Eldorado linguístico ou social e, do mesmo modo, longe de dizer dele que é uma afronta à liberdade de expressão ou de opinião de “cada um”, forjada num relativismo providencial aos tempos neoliberais, podemos tomá-lo *grosso modo*, como já afirmamos anteriormente, como uma disposição (seja ela institucional ou não) orientada pela percepção de que o emprego de certas categorias linguísticas e/ou enunciados pode causar danos a indivíduos e comunidades minoritárias ou socialmente vulneráveis e desprestigiadas, como negros, mulheres, indígenas, deficientes, homossexuais, etc.

O princípio do politicamente correto nas práticas discursivas parece partir da ideia de que: 1) a escolha das palavras pode encorajar, promover ou mesmo estabelecer certas relações sociais; e que 2) os resultados obtidos

por sua aplicação beneficiam a sociedade como um todo. Essa observação sobre a correção política parece dizer respeito a certos movimentos e partidos políticos (incluindo suas políticas institucionais) identificados com o campo progressista, bem como ao conjunto historicamente constituído de reivindicações de entidades e movimentos de direitos humanos. Sendo assim, a expressão “politicamente correto”, na forma como é usada na maioria das vezes, implica que uma proporção significativa de atores sociais faz uma escolha política (mais) consciente de determinadas expressões linguísticas usadas em suas práticas discursivas orais cotidianas e em seus textos escritos, com a intenção de divulgá-las mais amplamente e, assim, melhor objetivar as relações sociais.

No caso do contexto sócio-histórico brasileiro, o politicamente correto tem desenvolvido uma “educação pela pedra” no âmbito da nova, inconstante e pouco segura democracia brasileira, marcada por um passado escravagista, uma história colonial predatória e assaltos constantes ao processo de redemocratização pelo qual estamos a passar desde o fim do longo período de regime militar. Por exemplo, o primeiro presidente da República depois da ditadura militar saudava em 1985 os cidadãos do país com a expressão “brasileiras e brasileiros”, marcando o início de um tipo de interlocução específica com as mulheres, alçadas ao *status* de interlocutoras diretas, interpeladas a serem copartícipes da construção do futuro do país àquela época, pelo menos no modo de endereçamento enunciativo. Deixou também avanços no terreno sociopolítico, como a elaboração de políticas públicas voltadas para o empoderamento feminino e para a contenção de práticas de discriminação e preconceito de várias ordens

(etnia, credo, gênero, idade, dentre outras), fortemente implementadas nos governos do Partido dos Trabalhadores (2002/2016) por meio da criação de diversas secretarias com estatuto de ministério, bem como de portarias específicas (como a que trata do Estatuto do Idoso, de 2003)<sup>6</sup>.

Dentro desse contexto, a defesa de práticas de linguagem de orientação politicamente correta tem procurado tornar cada um dos usos discriminatórios, injuriosos ou preconceituosos já naturalizados e inconscientes em função de sua reificação nas práticas discursivas cotidianas em usos conscientes e reflexivos.

É o caso, por exemplo, da proposta de uso em documentos oficiais da expressão “pessoa com deficiência”, que substitui a expressão “portador de deficiência” por recomendação da Portaria Sedh nº 2.344, de 3 de novembro de 2010, que segue uma decisão da Convenção Internacional para a Proteção e Promoção dos Direitos e Dignidade das Pessoas com Deficiência, de 2007<sup>7</sup>.

Recorrentes até os anos 1980, termos como “inválido”, “defeituoso” ou “incapacitado” foram substituídos, sob influência do Ano Internacional e da Década das Pessoas Deficientes estabelecidos pela Organização das Nações Unidas, pelo termo “deficiente” e, posteriormente, pelas expressões “pessoa com necessidades especiais” e “portador de deficiência”.

Valorizando-se a pessoa (que não apenas “porta” sua condição como uma excrescência ou um objeto estranho, mas convive com ela) e políticas inclusivas, a expressão “pessoa

portadora de deficiência” tornou-se social e epistemologicamente limitada, assim como o modelo estritamente biomédico que a norteia. Nesse caso, os processos que levaram às mudanças descritas acima, envolvendo as formas de categorização de um grupo social específico, podem ser considerados como elementos fundamentais de políticas públicas de linguagem que tomam como base os princípios do politicamente correto, ou seja, que buscam dar voz e fazer respeitar as visões dos grupos a respeito de si mesmos e de suas reivindicações para serem vistos de forma mais adequada e não preconceituosa pela sociedade.

Como podemos observar, práticas de avaliação dos usos linguístico-discursivos de orientação politicamente correta não se referem apenas a princípios comunicativos centrados em eufemismos e modalizações cheios de exageros e proselitismos, inócuos na modificação do *status quo* social. A questão é, pois, de natureza conceitual, e não apenas terminológica.

De forma a refutar o argumento de que o politicamente correto poderia colocar em risco a liberdade de expressão, é possível dizer que as práticas a ele relacionadas têm por base o republicanismo, a convivência democrática e uma visão progressista da experiência política e da vida social. Contudo, um argumento ainda tão ou mais forte que esse seria o de que o debate público suscitado pelo politicamente correto em torno de processos por vezes sutis de discriminação, preconceito e incitação ao ódio não pode – em si mesmo – constituir algum tipo de censura, constrangimento ou diminuição da liberdade de expressão.

O traço forte do *politicamente correto na linguagem*, tal como estamos defen-

6 Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003.

7 Disponível em: [http://www.udop.com.br/download/legislacao/trabalhista/pcd/port\\_2344\\_pcd.pdf](http://www.udop.com.br/download/legislacao/trabalhista/pcd/port_2344_pcd.pdf).

endo, foi invocado no episódio da penalidade imposta ao deputado Jair Bolsonaro, tendo funcionado não apenas para questionar, quanto para prescrever sanções contra o uso de vocabulário empregado para designar com desprezo e desrespeito minorias ou comunidades inteiras, bem como revelar, em termos linguísticos e socio-cognitivos, algo hoje socialmente intolerável, o racismo. Nesse caso, uma reação social apoiada no sentido fraco de politicamente correto, tal como mencionamos anteriormente, colocaria em risco todo um regime simbólico de vida social baseada em valores constitucionais que envolvem, entre outras coisas, igualdade civil, indistinção de qualquer natureza, sanção contra crimes de ódio, discriminação étnico-religiosa, injúria qualificada e racismo.

Um aspecto particular de práticas de linguagem politicamente *incorretas*, tais como as que vêm sendo implementadas por movimentos de direita brasileira de forma bastante ampla e contundente, é a sua relação com a violência verbal, o insulto e a repetição do insulto.

Em seu texto “Des visées de l’injure” (2008), Patrick Djian pondera que a violência verbal está ligada a uma espécie de contenção do ato violento, do afrontamento físico. Assim, a violência, segundo o autor, estaria potencialmente alojada no “coração de todo discurso que a permite moderar”. Essa ponderação sobre a relação entre linguagem e violência pode ser vista também na obra de Paul Ricoeur, que, em artigo de 1967, afirma: “[...] a violência que fala é já uma violência que procura ter razão; é uma violência que se coloca na órbita da razão e que já começa a se negar como violência” (Ricoeur, 1967, p. 87).

Também a filósofa norte-americana Judith Butler destaca a relação entre violência e linguagem ao questionar onde se situa a ofensa, no insulto em si mesmo ou em sua enunciação por alguém. Para a autora, em sua obra *Le pouvoir des mots. Politiques du performatif* (1997/2004), a responsabilidade ético-discursiva está ligada à repetição do insulto. Tal repetição, vale dizer, ancora-se não raramente na reprodução de uma violência (social) já sistêmica.

## **NOTAS SOBRE A DIMENSÃO SOCIOCOGNITIVA DO POLITICAMENTE CORRETO**

Longe de dissociar a língua de todo tipo de ação performatizada pelos falantes (inclusive as de natureza avaliativa), certos processos linguístico-sociocognitivos, como a categorização, por exemplo, base de nosso sistema conceitual (Lakoff, 1987), são fundamentais para os modos de emoldurar a nossa compreensão do mundo e as nossas ações sociais. Se concebemos o mundo de maneira altamente motivada, a língua é certamente uma de nossas possibilidades para perspectivar as coisas, compartilhar intenções, estabelecer relações entre elas, presidir interações sociais e reconhecer nossos semelhantes como seres sociocognitivamente iguais a nós (Tomasello, 1999; 2014).

Portanto, os processos de significação (explícitos ou implícitos, verbais e não verbais) mobilizados e construídos pela língua são um bom domínio empírico para entender, entre outras coisas, o caráter performativo e sociocognitivo da linguagem, por meio do qual acionamos e compartilhamos conhecimentos de mundo e experiências psicossos-

ciais, consolidamos, negociamos, conciliamos e disputamos perspectivas e pontos de vista, identificamos esquemas de ação conjunta, enquadrados conceitualmente contextos sociointeracionais ou estruturas figurativas (como as metáforas, as analogias, as alusões, etc.).

Observando a trajetória e os sentidos sociocognitivos da expressão “politicamente correto”, vemos bem que não apenas etiquetamos, concebemos ou significamos as coisas do/no mundo por meio da linguagem; nós também construímos versões públicas do mundo (Mondada & Dubois, 1995). Assim, por meio da linguagem não apenas percebemos o mundo extralinguístico, mas o constituímos e nele atuamos, com o concurso de outras semioses, não verbais, e outras formas de conceitualizar<sup>8</sup> o mundo.

Difícilmente poderíamos pensar em formas de interação humana, ou mesmo em conteúdos cognitivos, social e culturalmente constituídos, sem uma participação direta ou indireta da linguagem – falada e/ou escrita. Nesse sentido, como preconiza a linguística interessada na análise de práticas discursivas e sociocognitivas centradas no uso real da língua (em contextos reais, com interlocutores reais), *dizer é fazer*.

Nossa exposição ao longo deste texto buscou focalizar o politicamente correto no interior de um entrecruzamento teórico de perspectivas sobre a linguagem que a consideram como uma forma de ação sociocogniti-

vamente motivada e perspectivada, à qual são incorporados graus distintos de reflexividade. Nesse sentido, o politicamente correto seria apenas uma das facetas que dá visibilidade, talvez de forma mais ampla e contundente, a processos cotidianos relativos à natureza acional e reflexiva das práticas de linguagem. No entanto, porque envolve necessariamente a explicitação e a defesa de posições (mais ou menos visíveis) nos diferentes campos sociais, ele também envolve lutas mais ou menos legitimadas pela manutenção e/ou conquista dessas posições, mais especialmente nos campos político, midiático e jurídico, se considerarmos tanto o contexto brasileiro quanto o contexto internacional de disputas por naturalização e/ou questionamento de determinadas categorizações ou enunciados.

No encaminhamento das palavras finais deste ensaio, chamamos a atenção para a asserção presente em nosso título. Na perspectiva do personagem principal do esquete humorístico a que fazemos alusão, o mundo estaria *chato* ou *politicamente correto* porque tudo está sob questionamento, o que acaba por inviabilizar a comunicação e o direito de determinados atores sociais de simplesmente dizerem o que pensam, dada a hipercriticidade (“mimimi”) e/ou mesmo a censura das “minorias”.

Ao final do esquete, enquanto os créditos vão passando, uma outra cena é mostrada. Ao ser interpelado por um outro personagem (uma pessoa com deficiência), pelo fato de ter colocado o seu carro em uma vaga para deficientes, o personagem principal categoriza essa sua ação no mundo como apenas uma piada, um “sarcasmo”, “humor inglês”, mandando-o “pesquisar”. A cena é, a nosso ver, uma metáfora interessante para o tipo de futuro que se desenha caso não lutemos para

---

8 Citamos aqui apenas alguns dos trabalhos brasileiros que se enquadram na perspectiva da análise sociocognitiva das práticas linguísticas: Salomão (1999; 2005); Koch (2002); Marcuschi (2007); Miranda (1999); Koch, Morato & Bentes (2005); Falcone (2008); Morato & Bentes (2013); Morato (2016); Bentes, Mariano & Accetturi (2015); Bentes, Ferreira & Accetturi (2017).

que as motivações atuais do politicamente correto na linguagem sejam compreendidas como uma busca pelo exercício da chamada “democracia radical”, no interior da qual o conceito de liberdade de expressão possa ser identificado com o de aceitação e negociação das diferenças, e afastado dos contornos atuais pelos quais vem sendo retomado no contexto sociopolítico contemporâneo: o de liberdade para oprimir ou destruir.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos, no escopo deste ensaio, tecer algumas considerações sobre uma tese que defendemos: a de que o politicamente correto na linguagem pode ser tomado em um sentido mais *forte* e/ou mais *fraco*. A nosso ver, a crítica de Stuart Hall e de outros setores da esquerda a essa estratégia política relativa ao policiamento da linguagem e à tentativa de substituição de um conjunto de verdades e identidades por outro conjunto de identidades e/ou verdades mais corretas pode ser vista em outros termos. Essas disputas e reivindicações por parte dos atores e/ou grupos sociais por verdades ou identidades podem ser consideradas como parte de um fenômeno típico da pós-modernidade, a saber, o da exibição de um alto grau de sensibilidade política (reflexividade), especialmente (mas não só) em relação às categorizações sociais produzidas nos mais diversos contextos e interações.

Tanto no sentido mais fraco (a exibição e promoção da reflexividade) como no sentido mais forte (fomento de regimes simbólicos que superem situações de desigualdade, preconceito e injustiça social) do politicamente correto e das ações que nele se baseiam,

o fenômeno linguístico e sociocognitivo é central. Sendo este o fenômeno central na compreensão do politicamente correto, demos saliência aos processos de construção de estabilizações referenciais historicamente contingenciadas a partir da emergência das disputas sobre certas categorizações sociais por expressão nominal.

Vale ainda salientar que as mudanças na conceitualização de certas categorias linguístico-cognitivas por parte dos diversos atores sociais ao longo do tempo são capazes de mostrar a relação dialética existente entre os dois sentidos postulados ao longo deste texto para o politicamente correto. Considerando-se as expressões nominais “surdo” e “pessoa com deficiência”, tomadas inicialmente, como reivindicação de certas comunidades específicas (pacientes, clínicos, familiares), é possível dizer que as mudanças nas categorizações e as lutas a elas relacionadas, pela força da adesão social mais ampla, transformaram-se em elementos-chave na construção das políticas públicas deste campo específico, o da saúde.

Pelo que evoca não apenas em relação ao conceito de correção, como também ao de política, salientamos neste ensaio a articulação entre os sentidos forte e fraco dessa estratégia nomeada “politicamente correto”. Essa posição, a nosso ver, salienta certas características do fenômeno em termos socio-cognitivos, tais como: reflexividade, contextualização, intersubjetividade, conhecimento compartilhado, perspectivação, intencionalidade. Essas características podem e devem encontrar-se conjugadas nas ações sociais de construção de novos ordenamentos, mais justos, democráticos e pluralistas. Enfim, um mundo menos chato.

## BIBLIOGRAFIA

- ADAMS, M. "Hybridizing *Habitus* and Reflexivity: Towards an Understanding of Contemporary Identity", in *Sociology*, vol. 40 (3), 2006, pp. 511-28.
- ADKINS, L. "Reflexivity: Freedom or Habit of Gender?", in *Theory, Culture & Society*, 20 (6), 2003, pp. 21-42.
- AUSTIN, J. L. *How to do Things With Words*. Cambridge, Massachusetts, Harvard University Press, 1962.
- BEARD, H; CERF, C. *The Official Politically Correct Dictionary and Handbook*. New York, Villard Books, 1992.
- BECK, U. *Risk Society*. London, Sage, 1992.
- BENTES, A. C.; FERREIRA-SILVA, B.; ACCETTURI, A. C. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, n. 59 (1). Campinas, 2017, pp. 175-96.
- BENTES, A. C.; MARIANO, R. D.; ACCETTURI, A. C. "Temas e Estratégias Referenciais em Conexão: Analisando Processos de Estabilização e de Mudança em um Programa Televisivo", in *ReVEL*, v. 13, n. 25, 2015, pp. 316-54.
- BOURDIEU, P.; WACQUANT, L. *An Invitation to Reflexive Sociology*. Cambridge, Polity Press, 1992.
- BUTLER J. *Le pouvoir des mots. Politique du performatif*. Trad. C. Nordmann. Paris, Éditions Amsterdam, 2004.
- CAMERON, D. *Verbal Hygiene*. New York, Routledge, 1995.
- \_\_\_\_\_. "Ideology and Language", in *Journal of Political Ideologies*. Vol. 11 - Issue 2: Special Tenth Anniversary Issue: The Meaning of Ideology: Cross-Disciplinary Perspectives, 2006, pp. 141-52.
- DIJK, T. A. Van. *Discurso e Poder*. São Paulo, Contexto, 2010.
- DJIAN, P. "Des visées de l'injure", in E. Desmons; M-A. Paveau (orgs.). *Outrages, insultes, blasphèmes et injures: violences du langage et polices du discours*. Paris, L'Harmattan, 2008.
- FALCONE, K. *(Des)legitimação: Ações Discursivo-Cognitivas para o Processo de Categorização Social*. Tese de doutorado. Recife, Universidade Federal de Pernambuco, 2008.
- FIORIN, J. L. "A Linguagem Politicamente Correta", in *Linguagem – Revista Eletrônica de Popularização Científica em Ciências da Linguagem*, v. 1. São Carlos, Ufscar, 2008, pp. 1-4.
- GARAY, A.; ÍÑIGUEZ, L.; MARTINEZ, L. M. "La Perspectiva Discursiva en Psicología Social" in *Subjetividad y Procesos Cognitivos*. Uces, 2005, pp. 105-30.
- GIDDENS, A. *The Transformation of Intimacy*. Cambridge, Polity Press, 1992.
- FRIEDMAN, M.; NARVESON, J. *Political Correctness: For and Against*. Lanham, Rowman & Littlefield, 1995.
- HANDKE, K. *Political Correctness in the U.S. – Its Effects on Language, Its Use, and Attitudes Toward the Movement*. Eichstatt, Katholische Universität Eichstatt, 2001.
- HALL, S. "Some 'Politically Incorrect' Pathways Through PC", in S. Dunant (ed.). *The War of the Words: The Political Correctness Debate*. London, Virago Press, 1994, pp. 164-84.
- HUSSON A. C. "Genre et violence verbale. Le cas de 'l'affaire Orelsan'", in *Pratiques*, 2014, pp. 163-64.
- KOCH, I. G. V. *Desvendando os Segredos do Texto*. São Paulo, Cortez, 2002.
- KOCH, I. G. V.; CUNHA-LIMA, M. L. "Do Cognitivismo ao Sociocognitivismo", in F. Mussalim; A. C. Bentes (orgs.). *Introdução à Linguística: Fundamentos Epistemológicos*. São Paulo, Cortez, 2004, pp. 251-300.

- KOCH, I. G. V.; MORATO, E. M.; BENTES, A. C. *Referenciação e Discurso*. São Paulo, Contexto, 2005.
- KOIKE, D.; BENTES, A. C. *Tweetstorms e Processos de (Des)legitimação Social na Administração Trump* (no prelo).
- LAKOFF, G. *Women Fire and Dangerous Things: What Categories Reveal About the Mind*. Chicago, University of Chicago Press, 1987.
- MANGEOT, P. "Bonnes conduites? Petite histoire du 'politiquement correct'" (1-2), in *Vacarme*, n. 1-2, 1997 (on-line).
- MARCUSCHI, L. A. *Cognição, Linguagem e Práticas Interacionais*. Rio de Janeiro, Lucerna, 2007.
- MIRANDA, N. S. "Domínios Conceptuais e Projeções entre Domínios: Uma Introdução ao Modelo dos Espaços Mentais", in *Veredas* 3 (1), 1999, pp. 81-99.
- MONDADA, L.; DUBOIS, D. "Construction des objets de discours et catégorisation: une approche des processus de référentiation", in *Tranel*, n. 23, 1995, pp. 273-305.
- MORATO, E. M.; BENTES, A. C. "Frames em Jogo na Construção Discursiva e Interativa da Referência", in *Cadernos de Estudos Linguísticos*, n. 55 (1). Campinas, 2013, pp. 125-37.
- \_\_\_\_\_. "Das Relações entre Linguagem, Cognição e Interação – Algumas Implicações para o Campo da Saúde", in *Linguagem em (Dis)curso – LemD*, v. 16, n. 3. Tubarão, set.-dez./2016, pp. 575-90.
- NEVES, M. H. M. "Do 'Politicamente Correto' ao Incorretamente Polido", in *Delta* 30 (1), 2014, pp.137-60 (on-line).
- ORWELL, G. 1984. São Paulo, Nacional, 1991.
- POSSENTI, S. "A Linguagem Politicamente Correta e a Análise do Discurso", in *Revista de Estudos da Linguagem* 4 (2). Belo Horizonte, UFMG, 1995, pp. 23-140.
- POSSENTI, S.; BARONAS, R. L. "A Linguagem Politicamente Incorreta no Brasil: Uma Língua de Madeira?", in *Polifonia* 12 (2), 2006, pp. 47-72.
- QUEIROZ, A. C. *Politicamente Correto & Direitos Humanos*. Brasília, Sedh, 2004.
- RAJAGOPALAN, K. "Sobre o Porquê de Tanto Ódio Contra a Linguagem 'Politicamente Correta'", in F. L. Lopes da Silva; H. M. M. Moura (orgs.). *O Direito à Fala – A Questão do Preconceito Linguístico*. Florianópolis, Insular, 2000, pp. 93-102.
- RICOEUR, P. *La violence*. Paris, Desclée de Brouwer, 1967.
- RIBEIRO, R. J. "Grandeza e Miséria do 'Politicamente Correto'", in R. J. Ribeiro. *A Sociedade Contra o Social: o Alto Custo da Vida Pública no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 2000, pp. 26-44.
- SALOMÃO, M. M. M. "A Questão da Construção do Sentido e a Revisão da Agenda dos Estudos da Linguagem, in *Veredas* 3 (1), 1999, pp. 61-79.
- \_\_\_\_\_. "Razão, Realismo e Verdade: o que nos Ensina o Estudo Sociocognitivo da Referência", in I. G. V. Koch; E. M. Morato; A. C. Bentes (orgs.). *Referenciação e Discurso*. São Paulo, Contexto, 2005, pp. 151-68.
- SCHIEFFELIN, B.; WOOLARD, K.; KROSKRITY, P. *Language Ideologies: Practice and Theory*. Oxford, Oxford University Press, 1998.
- SOARES, L. "Politicamente Correto: o Processo Civilizador Segue seu Curso", in P. Pinto et al. (orgs.). *Filosofia Analítica, Pragmatismo e Ciência*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 1998, pp. 217-38.
- TOMASELLO, M. *The Cultural Origins of Human Cognition*. Harvard University Press, 1999.
- \_\_\_\_\_. *A Natural History of Human Thinking*. Harvard, Harvard University Press, 2014.